



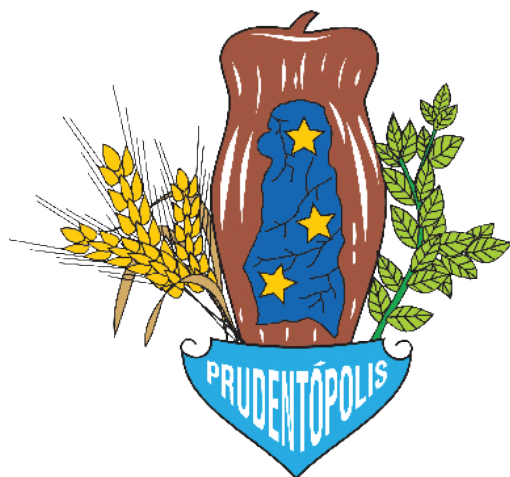
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS

Atos Oficiais

Autorizado pela Lei 1.431/2005 de 06/04/2005,
Lei 2.030/2013

SEGUNDA - FEIRA, 13 DE JULHO DE 2015

Edição 696
18 páginas



MUNICÍPIO DE
PRUDENTÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

EXPEDIENTE

**ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS
DO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS**
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 2.030/2013

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Eli Corrêa Fernandes - Secretária de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Lidiane Kozak

APOIO TÉCNICO: Paulo Ariel Pechefist - Diretor do Departamento de Informática

PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS

Rua Rui Barbosa, 801 - CEP:84400-000

Fone: 42 3446-8000

e-mail: administração@prudentopolis.pr.gov.br

Prudentópolis - Paraná

- 1- Prefeito Municipal: Adelmo Luiz Klosowski
- 2- Secretário de Administração/Procurador Geral: Eli Corrêa Fernandes
- 3- Secretária de Agricultura: Dayanne Louise do Prado
- 4- Secretária de Assistência Social: Jane Diniz Poli
- 5- Secretária de Educação: Joanice Chomen Klosz
- 6- Secretário de Esportes e Recreação: Mario Sergio Santos Machado
- 7- Secretário de Finanças: Andrei Bulka Machula
- 8- Secretária de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico/ Secretária de Turismo: Cristiane Guimarães Boiko Rossetim
- 9- Secretário de Planejamento e Obras/Secretário de Meio Ambiente: Alex Fabiano Garcia
- 10- Secretário de Transportes e Infraestrutura: Adriano Cardozo
- 11- Secretário de Saúde: Luis Renato de Lima Fevereiro
- 12- Controlador Geral do Município: John Charles Fernandes

CÂMARA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

Rua Rui Barbosa, 845 - CEP: 84400-000

Fone: 42 3446-1374 - Caixa Postal: 90

email: camarapr@visaonet.com.br

Prudentópolis - Paraná

- Vereador: Julio Cesar Makuch - Presidente
 Vereador: José Adilson Dos Santos - Vice-Presidente
 Vereador: Marcos Vinício dos Santos - 1º Secretário
 Vereador: Darley Gonçalves da Rosa - 2º Secretário
 Vereador: Osmar Pereira
 Vereador: Marcos Roberto Lachovicz
 Vereador: Clemente Lubczyk
 Vereador: José Petez
 Vereador: João Michalichen Neto
 Vereador: Luciano Marcos Antonio
 Vereador: José Amilcar Pastuch
 Vereador: Valdir Krik
 Vereador: Mauricio Bosak

NOTIFICAÇÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÕES

Ficam notificados os requerentes, pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, afim de que compareçam no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, para tomarem ciência das decisões proferidas nos procedimentos administrativos a seguir elencados:

PENDENTES:

2071/2015 – MATEUS ZUBEK

2235/2015 – DOROTEIA NAVROSKI

CONCLUÍDOS:

694/2015 – MITRA DIOCESANA DE GUARAPUAVA

1964/2015 – MATHEUS EDUARDO FERREIRA DE ALMEIDA-ME

2039/2015 – AGRODEFENSIVOS BAHRI LTDA- EPP

2095/2015 – CLODOALDO KLOSTER

LICITAÇÕES

Extrato do 7º Termo Aditivo referente à Concorrência Pública nº 004/2011

Contrato nº 229/2011

Partes: Município de Prudentópolis e Engeluz Iluminação e Eletricidade Ltda.

Vigência: Fica prorrogada a vigência do contrato até 30 de janeiro de 2016.

Data da assinatura: 29/06/2015.

Extrato do 8º Termo Aditivo referente à Tomada de Preço nº 013/2011

Contrato nº 216/2011

Partes: Município de Prudentópolis e DMFZ Engenharia Civil Ltda.

Valor: Fica suprimido em R\$ 26.414,47 (vinte e seis mil quatrocentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos) o valor inicial do contrato em epígrafe, passando de R\$ 296.000,00 (duzentos e noventa e seis mil reais) para R\$ 269.585,53 (duzentos e sessenta e nove mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

Data da assinatura: 06/07/2015.

Extrato do 1º Termo Aditivo referente à Concorrência Pública nº 009/2014

Contrato nº 321/2014

Partes: Município de Prudentópolis e Prudenpeças Comércio de Autopeças Ltda EPP.

Objeto: Fica acrescido ao objeto o seguinte veículo:

| Lote | Item | Descrição do produto/serviço | Quant. | Valor da hora da mão de obra | Percentual de desconto sobre as peças originais | Percentual de desconto sobre as peças paralelas | Preço total |
|------|------|--|--------|------------------------------|---|---|-------------|
| 4 | 14 | MICRO ÔNIBUS – MERCEDEZ BENS 608D – PLACA ADN-2038 | 1,00 | R\$ 90,00 | 5% | 5% | 36.000,00 |

Valor: Em decorrência do disposto na cláusula acima fica acrescido ao contrato nº 321/2014 o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Data da assinatura: 07/07/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2015

Em que pese tenha sido dado ampla publicidade ao certame acima mencionado, tendo por objeto a aquisição de medicamentos controlados, para o paciente Januário Terluk, conforme determinação judicial, Autos nº 2841-64.2013.8.16.0139, Secretaria da Fazenda Pública de Prudentópolis, o Pregoeiro declara tal processo licitatório DESERTO, eis que nenhum interessado compareceu à sessão pública de abertura e julgamento das propostas. Hilário Witchemichen Filho, em dez de julho de dois mil e quinze, às treze horas e trinta minutos.

**Extrato do 1º Termo Aditivo referente à Concorrência Pública
nº 006/2014**

Contrato nº 208/2014

Partes: Município de Prudentópolis e José Luis Soares de França Mecânica ME

Vigência: Fica prorrogada a vigência do contrato até 09 de setembro de 2015.

Data da assinatura: 10/06/2015.

**Extrato do 2º Termo Aditivo referente à Concorrência Pública
nº 006/2014**

Contrato nº 209/2014

Partes: Município de Prudentópolis e Prudenpeças Comércio de Autopeças Ltda EPP

Vigência: Fica prorrogada a vigência do contrato até 09 de setembro de 2015.

Data da assinatura: 10/06/2015.

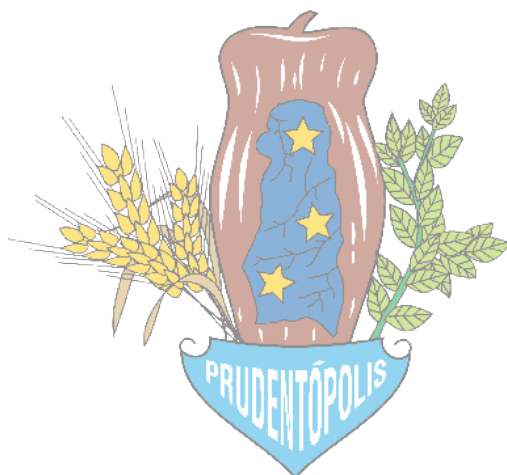
CONSELHO TUTELAR

DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES E GABARITO DA PROVA ESCRITA DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES GESTÃO 2016-2019

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE PRUDENTÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139, da Lei Federal nº 8.069 (ECA), Lei Municipal nº 2143/2015, através da Comissão para Eleição do Conselho Tutelar, conforme Edital nº 001/2015, apresenta AS QUESTÕES E GABARITO DA PROVA ESCRITA, realizada no dia 12/07/2015.

Vanderléia Schinemann

Presidente da Comissão de Eleição do Conselho Tutelar





ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTO PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE PRUDENTÓPOLIS/PR – 2015

A prova de aferição de conhecimentos será realizada no **dia 12/07/2015, às 09h00min e encerrando às 12h00min**, em local indicado no edital, tendo a duração de 03 (três) horas.

I - Os candidatos deverão chegar ao local da prova com a antecedência de no mínimo 15 (trinta) minutos, munidos de caneta esferográfica preta ou azul, cédula oficial de identidade (RG) ou carteira de identidade profissional ou qualquer documento oficial com foto e comprovante de inscrição. O candidato que não portar comprovante de inscrição poderá realizar a prova, desde que seu nome conste na lista de candidatos inscritos e habilitados e que apresente o documento de identidade.

II - O candidato que não comparecer ao local da prova (seja qual for o motivo alegado) para a sua realização será considerado automaticamente excluído do processo de eleição.

III - A folha de respostas deverá conter identificação do candidato, anotação de seu nome e assinatura.

IV - No ato da realização da prova serão fornecidos o **Caderno de Questões e folha de respostas**. O candidato poderá, ao termino da prova, retirar-se da sala de prova levando apenas a **cópia do gabarito**.

V - Antes do início da prova, o candidato deve assinar a lista de presença e deixar seus equipamentos eletrônicos, desligados, dentro de sacos plásticos com identificação, retirando-os ao final da prova.

VII - Será excluído do concurso o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste Edital, incidirem nas hipóteses abaixo:

- a. apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova
- b. apresentar-se para a prova em outro local daquele constante no edital;
- c. não apresentar um dos documentos de identificação exigidos nos termos do Edital de Convocação para a Prova Escrita, para a realização do avaliação;
- d. ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal sob qualquer pretexto;
- e. ausentar-se do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 60 (sessenta) minutos a partir do início da mesma;
- f. se for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos ou em flagrante comunicação com outros candidatos ou pessoa estranha, por gestos, verbalmente ou por escrito;



- g. se estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (pagers, calculadoras, bip, walkman, receptor, gravador, telefone celular, tablet ou similares.);
- h. lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;
- i. não devolver integralmente o material solicitado;
- j. perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

VIII. Atribuir-se-á nota zero à questão:

- a. sem opção assinalada;
- b. com rasuras ou ressalvas;
- c. assinalada a lápis; e
- d. quando a alternativa assinalada for incorreta.

IX - O gabarito com as respostas da prova estará disponível no dia 13 de julho de 2015 em local de acesso ao público e por meio eletrônico.



CADERNO DE QUESTÕES

Número da inscrição do candidato:

Nome: _____

Prudentópolis, 12 de julho de 2015.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

1 - Marque a alternativa Correta:

I - Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

II - Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros.

III - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, mas, não constituirá presunção de idoneidade moral.

IV - No artigo 139, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente consta que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

- a. As questões I,II e IV estão corretas.
- b. As questões I,II estão corretas.
- c. As questões I,IIe III estão incorretas.
- d. Apenas a I está correta.
- e. Todas estão corretas.

2 - Quanto à remuneração dos membros do Conselho Tutelar, é assegurado o direito a:

- a. cobertura previdenciária; gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; gratificação natalina e licença maternidade.
- b. cobertura previdenciária; gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; gratificação natalina e licença maternidade com redução de período conforme necessidades primordiais do conselho.
- c. cobertura previdenciária; gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; gratificação natalina e licença maternidade e paternidade.



- d. cobertura previdenciária; gozo de férias anuais remuneradas, sem acréscimo de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; gratificação natalina e licença maternidade e paternidade
- e. cobertura previdenciária; gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; gratificação natalina e somente licença maternidade.

3 - A Lei Municipal nº 2.143/2015, dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação. Destaca as ações sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município, através de:

- I - políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer e trabalho;
- II - serviços, programas e projetos de Assistência Social, para aqueles que deles necessitem;
- III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV - serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito a convivência familiar de crianças e adolescentes;
- VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Para executar essas ações, identifique a alternativa correta:

- a. Para desempenhar as ações com efetividade, a equipe de Conselheiros Tutelares baseiam-se nas suas experiências profissionais, recorrendo raramente as leis normativas, para ter mais agilidade nas suas decisões.
- b. A política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será executada através do Sistema de Garantia de Direitos.
- c. É necessário seguir as determinações do Estado e da União, desprezando a realidade local do Município e respeitando as devidas hierarquias.
- d. As ações deveram ser realizadas conforme denúncias, não sendo necessárias outras informações.
- e. O trabalho intersetorial pode prejudicar o atendimento da política Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente.

4 - O Sistema de Garantia de Direitos – SGD do município, conforme Art. 3º da Lei CMDCA é composto pela seguinte estrutura:

- I - conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;**
- II - conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;**
- III - fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;**
- IV - conselho Tutelar;**
- V - entidades de Atendimento governamentais e não-governamentais;**
- a. As alternativas I, II e V estão corretas;



- b. () As alternativas I, III e V estão corretas;
- c. () As alternativas I, II, IV e V estão corretas;
- d. () Todas as alternativas estão corretas;
- e. () nenhuma alternativa está correta.

5 - Com base na Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normas aplicáveis, afirmam-se como atribuições e deveres dos Conselheiros Tutelares:

I- Incumbe ao Conselho Tutelar o exercício das atribuições previstas nos artigos 95, 136, 191 e 194, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 18, §2º e 20, inciso IV, da Lei Federal nº 12.594/2012, devendo, em qualquer caso, zelar pelo efetivo respeito aos direitos da criança e do adolescente previstos em lei.

II - realizar suas atribuições com eficiência, zelo, presteza, dedicação, e rendimento funcional, sugerindo providências à melhoria e aperfeiçoamento da função;

III - agir com probidade, moralidade e impessoalidade procedendo de modo adequado às exigências da função, com atitudes leais, éticas e honestas, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho, tratando a todos com urbanidade, decoro e respeito, porém poderá receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão da qualidade de suas atribuições;

IV - prestar contas apresentando relatório mensal extraído do SIPIA CT WEB e apresentá-lo nas reuniões mensais ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, contendo síntese de dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

V – poderá realizar outra atividade remunerada, respeitando suas atividades profissionais no Conselho.

- a. () As alternativas I e II estão corretas.
- b. () Somente a alternativa IV está correta.
- c. () As alternativas I, II e IV estão corretas.
- d. () Todas as Alternativas estão corretas.
- e. () nenhuma alternativa está correta.

6 - As entidades de atendimento governamentais e não-governamentais que executem programas de proteção e sócio-educativos, serão fiscalizadas:

- a. () Pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- b. () Pelo Judiciário e Ministério Público.
- c. () Pela Câmara Municipal e Conselho Tutelar.
- d. () Pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário.
- e. () Somente pelo Conselho Tutelar.

7 - Analise as assertivas a seguir sobre o funcionamento do Conselho Tutelar, de acordo com as disposições da Lei. 2.030/2013. Indique a alternativa Correta:

I- O Conselho Tutelar deverá elaborar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação., seu Regimento Interno,



II- O Regimento Interno do Conselho Tutelar será encaminhado, logo após sua elaboração, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Ministério Público, a fim de oportunizar a estes órgãos a apreciação e o envio de propostas de alteração, competindo a homologação do mesmo ao CMDCA, para posterior publicação no Órgão Oficial do Município.

III- Compete ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA fiscalizar o horário de funcionamento e o efetivo cumprimento das obrigações do Conselho Tutelar.

IV- O Conselheiro Tutelar fica obrigado a registrar todo e qualquer atendimento, de forma que, o usuário ao procurar o Conselho Tutelar, poderá ser atendido pelo Conselheiro que estiver disponível, mesmo que o atendimento anterior não tenha sido feito por ele.

- a. () As alternativas I e II estão corretas.
- b. () Somente a alternativa IV está correta.
- c. () As alternativas I, II e III estão corretas.
- d. () Todas as Alternativas estão corretas.
- e. () nenhuma alternativa está correta.

8 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, o ECA assegura o seu direito de:

- a. () permanecer em escola particular, mesmo sendo inadimplente.
- b. () ser respeitado pelos educadores, desde que seja educado pela sua família a respeitar a disciplina e hierarquia dos professores e diretores.
- c. () contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- d. () contestar o uniforme escolar que não agrada, bem como a cor e modelo imposto pela unidade escolar.
- e. () ficar com o celular sobre a mesa, após justificar um relevante motivo.

9 - De acordo com as atribuições do Conselho Tutelar é correto afirmar que:

I - O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial;

II – Na inexistência de Conselho Tutelar no município, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária;

III- De acordo com a Lei nº Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, não é possível a existência de mais de um Conselho Tutelar em cada município e em cada região administrativa do Distrito Federal;

IV- É atribuição do Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V – Os requisitos exigidos pelo ECA para a candidatura a membro do Conselho Tutelar são: reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município.

- a. () Apenas as alternativas I e V são verdadeiras.
- b. () As alternativas I, II, IV e V são verdadeiras.
- c. () Todas as alternativas são verdadeiras.
- d. () As alternativas I, II, III e V são verdadeiras
- e. () Nenhuma alternativa está correta.

**10 - A Lei nº Lei Federal nº 8.069/90, considera criança:**

- a. () A pessoa até 12 anos completos;
- b. () A pessoa até 12 anos incompletos;
- c. () A pessoa até 11 anos incompletos;
- d. () A pessoa até 14 anos completos;
- e. () Nenhuma das alternativas está correta.

11 - Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 136, parágrafo único, se o Conselho Tutelar compreender a necessidade do afastamento da criança e/ou adolescente do convívio familiar, qual a intervenção que deverá a ser adotada:

- a. () O Conselho Tutelar não poderá adotar nenhuma providência sem autorização judicial e da secretaria municipal de assistência social.
- b. () O Conselho Tutelar deverá informar o CMDCA sobre o afastamento da criança e/ou do adolescente do convívio familiar;
- c. () Deverá comunicar o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas, seguindo os ditames legais da Lei nº 8.069/90;
- d. () Deverá encaminhar a criança e/ou adolescente para acompanhamento psicológico;
- e. () Nenhuma das alternativas está correta.

12 - As decisões do Conselho Tutelar poderão ser revisadas:

- I – Pelo(a) Prefeito(a)
- II – Pela autoridade judiciária
- III – Pelo CMDCA
- IV – Pela Secretaria Municipal de Assistência Social

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a. () Apenas I
- b. () Apenas II
- c. () Apenas II e IV
- d. () I e II
- e. () II e III

13 - De acordo com a Lei nº 8.069/90, quando a criança e/ou adolescente está inserido em uma instituição de acolhimento, para verificar a possibilidade de reintegração familiar, a situação deve ser reavaliada no máximo a cada:

- a. () A situação deve ser reavaliada a cada 12 meses;
- b. () A situação deve ser reavaliada a cada 6 meses;
- c. () A situação deve ser reavaliada a cada 9 meses;
- d. () A situação deve ser reavaliada a cada 3 meses, quando a família inicia o período de visita na instituição.
- e. () Nenhuma alternativa está correta.

14 - O adotante (aquele que vai adotar) deve ser pelo menos:

- a. () 16 anos mais velho que a criança ou adolescente a ser adotado;
- b. () 18 anos mais velho que a criança ou adolescente a ser adotado;
- c. () 21 anos mais velho que a criança ou adolescente a ser adotado;



- d. () 15 anos mais velho que a criança ou adolescente a ser adotado;
e. () 19 anos mais velho que a criança ou adolescente a ser adotado;

15 - O Adolescente poderá trabalhar a partir de:

- a. () 14 anos de idade completos, na condição de aprendiz;
b. () 14 anos de idade incompletos.
c. () 12 anos de idade completos, com registro em carteira.
d. () 16 anos de idade completos, como estagiário.
e. () Nenhuma das alternativas está correta.

16 - A Lei nº 8.069/90 prevê a aplicação de medidas de proteção à criança e ao adolescente sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados. De acordo com as disposições preliminares (arts. 1º a 6º) do ECA, podemos afirmar que são princípios que regem a sua aplicação:

- I – condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento;
II – interesse superior da criança e do adolescente;
III – prevalência do interesse dos adultos;

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- a. () I e III
b. () I e II
c. () II e III
d. () Nenhuma das alternativas está correta.

17 - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar é caracterizado como

- a. () serviço público relevante;
b. () servidor público do Poder Judiciário, com autonomia de intervenção;
c. () atividade política;
d. () cargo de confiança do CMDCA;
e. () Nenhuma das alternativas está correta

18 - É atribuição do Conselho Tutelar:

- a. () Atender e aconselhar os pais ou responsável, podendo aplicar advertência;
b. () Aplicar Medidas Socioeducativa em meio aberto;
c. () Aplicar Medidas de colocação em família substituta para possível adoção;
d. () Aplicar Medidas de colocação em família substituta para regularizar a guarda definitiva.
e. () Nenhuma das alternativas.

19 - Diante de uma denúncia de falta de vaga na escola pública, o Conselho Tutelar requisitou serviço público na área de educação pedindo providências, mas, não foi atendido. Diante dessa situação, qual órgão que o Conselho Tutelar poderá representar o caso?

- a. () Secretaria Municipal de Assistência Social;
b. () CMDCA;
c. () Juiz da Vara da Infância e Juventude;
d. () Câmara de Vereadores.
e. () Todas as alternativas estão incorretas.



20 - De acordo com a Lei nº 8.069/90, aos adolescentes são assegurados, entre outras, as seguintes garantias:

- I. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
 - II. Quando necessitado, assistência judiciária gratuita e integral, na forma da lei;
 - III. Defesa técnica por advogado;
 - IV. Ser defendido pelo CMDCA, para que não ocorram violações de direitos.
- Estão corretos os itens contidos na alternativa:

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a. I, II e III
- b. I
- c. I, II e IV.
- d. I, III e IV.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

21 - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a. A afirmativa é verdadeira.
- b. A afirmativa é falsa.
- c. A afirmativa é parcialmente falsa.
- d. A afirmativa é parcialmente verdadeira.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

22 - Podemos afirmar que Não é atribuição do Conselho Tutelar:

- a. Atender as crianças e/ou adolescentes e suas respectivas famílias sempre que necessário, atuando conjuntamente com os serviços públicos, na entrega de benefícios, como por exemplo: cestas básicas e medicações;
- b. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- c. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- d. Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

23 - É correto afirmar que:

- I. Família natural é entendida como a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes;
- II. Família extensa ou ampliada é aquela que se estende para além da unidade da família natural, sendo formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade;
- III. Família natural é entendida apenas pelos pais, sendo desconsiderados seus descendentes.

**ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

- a. () Apenas a alternativa I está correta;
- d. () Apenas a alternativa II está correta;
- c. () As alternativas I e II estão corretas;
- d. () Apenas a alternativa III está correta;
- e. () Apenas a alternativa I e III estão corretas.

24 - Conforme consta no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos estejam sendo ameaçados ou violados:

- I. Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II. Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III. Em razão de sua conduta;

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a. () A alternativa I e III estão corretas;
- b. () Todas as alternativas estão corretas;
- c. () A alternativa I e II estão corretas;
- d. () Apenas a alternativa III está correta;
- e. () Todas as alternativas estão incorretas.

QUESTÕES DE INFORMÁTICA**25 - O termo técnico em inglês utilizado frequentemente para baixar programas da internet é:**

- a. () Upload
- b. () Cloudcomputing
- c. () Shareware
- d. () Webdesigner
- e. () Download

26 - No Word, quais as teclas de atalho usadas para salvar o documento em edição?

- a. () Ctrl+B
- b. () Ctrl+L
- c. () Ctrl+O
- d. () Ctrl+I
- e. () Ctrl+S

27 - São opções do Painel de Controle, exceto:

- a. () vídeo
- b. () adicionar ou remover Hardware
- c. () adicionar ou remover Programas
- d. () mouse
- e. () teclado



EXPERIÊNCIA & QUALIDADE
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



28 - Sobre cópia de arquivos, somente NÃO é possível copiar um arquivo para:

- a. um http
- b. um local da rede
- c. um dispositivo USB
- d. área de trabalho do Windows
- e. uma pasta

29 - O Comitê Gestor da Internet no Brasil considera como a ciência e a arte de escrever mensagens em forma cifrada ou em código. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- a. os códigos maliciosos
- b. o antivírus
- c. o spam
- d. o cavalo de troia (trojan)
- e. a criptografia



GABARITO

| QUESTÃO | RESPOSTA |
|---------|----------|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |



GABARITO

| QUESTÃO | RESPOSTA |
|---------|------------|
| 01 | A |
| 02 | C |
| 03 | B |
| 04 | D |
| 05 | C |
| 06 | D |
| 07 | D |
| 08 | C |
| 09 | B |
| 10 | A |
| 11 | C |
| 12 | B |
| 13 | B |
| 14 | A |
| 15 | A |
| 16 | ANULADA |
| 17 | A |
| 18 | A |
| 19 | C |
| 20 | A |
| 21 | A |
| 22 | A |
| 23 | C |
| 24 | B |
| 25 | E |
| 26 | A |
| 27 | B |
| 28 | A |
| 29 | ANULADA |
| 30 | DISCURSIVA |



MUNICÍPIO DE
PRUDENTÓPOLIS
ESTADO DO PARANÁ

O ÓRGÃO OFICIAL PODE SER CONSULTADO GRATUITAMENTE NOS SEGUINTE LOCAIS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

Internet: www.prudentopolis.pr.gov.br